

## **MANIFESTO DA ABALF SOBRE O AVANÇO DE ENTES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Nas últimas semanas, a sociedade brasileira tem assistido, por meio de noticiários e outras mídias, o ingresso, cada vez maior, de entidades “sem fins lucrativos” em espaços públicos “em defesa da educação”.

Está cada vez mais naturalizada, em centenas de municípios do país, a corrida de grupos que apresentam “propostas com soluções para os problemas históricos de nossa escola, especialmente no campo da alfabetização de crianças. Isso representa o investimento de bilhões de recursos públicos em ações como: i) a oferta de cursos de formação de professores, em sua maioria, a distância, ii) a produção e distribuição de materiais didáticos padronizados, para professores e estudantes e, ainda, iii) a implementação de políticas de avaliações externas desconectadas do que cada rede de ensino teria o direito de formular e praticar.

Essas investidas têm consequências na composição de práticas pedagógicas e de currículos vividos nas escolas. Quando um grupo privado vende para uma rede pública esses serviços, o que vemos é a definição, sem real debate democrático, do que/quando/como se ensina e se avalia nas escolas. Nesse contexto de ausência de debate nas redes públicas de educação “atendidas”, a homogeneização própria dos “pacotes” vendidos desrespeita não só gestores educacionais e toda a população, mas, em especial, os que ensinam e os que aprendem.

Quanto aos docentes, usurpando a autonomia didática que lhes é assegurada pela Constituição de 1988, as investidas de parcerias público-privadas tendem a tratar os que ensinam como meros “executores” das tarefas prescritas nos pacotes oferecidos pelos “vendedores de inovações”. As quais são fragmentadas e prontas para serem aplicadas a cada dia de fevereiro a

dezembro. Dentre essas imposições, muitas vezes, está a cobrança de que professoras e professores “treinem” seus estudantes para que se saiam bem nas avaliações externas, formuladas em consonância com organismos internacionais, sem relação com a realidade da sala de aula brasileira. Cabe ressaltar que os “pacotes didáticos” com propostas de ensino e avaliação “ofertados” a cada rede pública tendem a ignorar a quase totalidade das evidências científicas formuladas pelos que pesquisam alfabetização no Brasil. Assim se irmanam ao que fez a PNA- Política Nacional de Alfabetização, imposta por decreto em 2019.

Quanto aos que aprendem, como consequência das tais “inovações didáticas”, temos observado, no campo da alfabetização, uma crescente negação das diferenças culturais e das heterogeneidades de níveis de aprendizagem de cada aluno e aluna. As crianças que estão nas bancas de uma mesma sala de aula são instadas (pelos “pacotes privados”) a repetir, conjuntamente, as mesmas atividades, ao longo dos dois anos finais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A padronização imposta pelos materiais “vindos de fora” ignora a inevitável diversidade dos alfabetizandos e o direito de serem diferenciadamente ajudados por quem lhes ensina.

Estes procedimentos afetam profundamente a formação inicial e continuada dos professores das redes municipais de educação e impulsionam a mercantilização da escolarização pública no país. Além de ignorar a experiência constituída por nossos profissionais da Educação Básica, em nada favorecem sua profissionalização, sua estabilidade profissional ou a conquista de melhores condições de trabalho.

No que diz respeito à formação inicial dos alfabetizadores, é incontestável o risco de vermos avançar o que vem se instalando no ensino superior: a mercantilização da formação, vista a olhos nus, uma vez que em cada esquina há uma faculdade, oferecendo “seus serviços”, não importa como, de que modo e onde. Salvaguardando as instituições que de fato têm compromisso com a formação, há inúmeras que iludem, sobretudo, os mais fragilizados economicamente, a obterem um diploma de graduação que oficialmente, habilita

a ensinar, mas que pouco ou nada lhes oferece quanto à qualidade em suas formações, gerando um exército de diplomados sem qualificação real para a docência.

No âmbito da formação continuada, a ação de vários entes do setor privado, muito presentes na área da alfabetização, poderá permitir um esfacelamento ainda maior dos sentidos de “ensino público”, bem como do significado da expressão “rede de ensino” como coletivo, visto que o espírito de “treinamento” para cada docente se sair bem nos *rankings* e obter premiações, substitui o direito dos professores ao estudo, à reflexão coletiva e à tematização do que, de fato, ocorre em suas salas de aula. Disso deriva um estímulo à ação docente “dócil e particularizada”, uma crescente segmentação em que cada escola funciona/funcionará como uma “célula cumpridora de metas externas” e não como uma instituição destinada à escolarização num sentido republicano. Assim, escolas públicas poderão “dobrar-se para o mercado”, mais e mais, cumprindo o propósito de oferecer perfis profissionais pouco críticos e adequados a um mundo cada vez mais carente de direitos e de debate democrático.

A ABAIf, como entidade que tem por escopo a garantia da alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos, vem a público alertar a sociedade e os responsáveis pela gestão pública, nas diferentes esferas, dos riscos de privatização que rondam os caminhos que estão sendo tomados, com abertura muito alargada aos entes privados e com a ingerência destes nos âmbitos de gestão - planejamento e implementação de políticas - da educação escolar nas redes públicas.

E tendo em vista que, de acordo com o *Programa Nacional Compromisso Criança Alfabetizada*, caberá aos estados e municípios a escolha das instituições para a formação dos professores da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, a ABAIf sente a necessidade de convidar a sociedade, como um todo, em especial profissionais da educação e governantes, a ficarem atentos às propostas ofertadas. É preciso reflexão sobre os princípios e concepções que embasam os “pacotes” de ensino e avaliação da alfabetização, que sempre vêm acompanhados de “pacotes de treinamento” de professores alfabetizadores.

Assim, a ABAIf reitera a defesa de uma educação pública como direito de todos/as os cidadãos/cidadãs brasileiros/as e como dever do estado. Uma educação inclusiva, aberta à diversidade, transparente na utilização dos recursos públicos e sempre comprometida com a qualidade.

Em 09 de outubro de 2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adelma', with a large loop at the beginning and a horizontal stroke at the end.

Professora Dra. Adelma das Neves Nunes Barros-Mendes  
Presidência da ABAIf  
Gestão 2022 -2023